



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por finalidade nortear o planejamento de duas etapas dos processos licitatórios abaixo, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O Município de Dois Vizinhos – PR enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, especialmente diante das dificuldades enfrentadas por micro e pequenas empresas em fase inicial, que carecem de apoio estruturado para garantir sua sobrevivência e crescimento no mercado.

A experiência demonstra que muitos empreendimentos iniciam suas atividades com alto grau de informalidade, pouca estrutura técnica e dificuldade de acesso a crédito, tecnologia e qualificação, fatores que comprometem sua consolidação e capacidade de gerar empregos de forma estável.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de uma política pública voltada ao incentivo e fortalecimento de negócios de pequeno porte, com foco em reduzir a mortalidade precoce de empresas locais, estimular a formalização e o crescimento sustentável dos empreendimentos e apoiar a geração de renda e empregos no município, além de diversificar e fortalecer a base produtiva local.

A adoção dessa iniciativa atende também aos princípios da função social da economia, do desenvolvimento regional equilibrado e da inclusão produtiva, integrando-se às diretrizes previstas na Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e nas metas estratégicas da gestão municipal.

Portanto, a implementação de medidas de apoio estruturado a esses empreendimentos não é apenas desejável, mas necessária para promover o desenvolvimento econômico sustentável de Dois Vizinhos, com foco na valorização do empreendedorismo local e na geração de oportunidades.

Com a finalidade de atender essa demanda, torna-se imprescindível oferecer infraestrutura mínima adequada para instalação e operação de negócios emergentes, permitindo que tenham condições favoráveis de crescimento, inovação e geração de empregos.



Diante disso, a adoção de políticas públicas voltadas ao apoio e à estruturação dessas empresas é essencial para garantir sua permanência no mercado, possibilitar o aumento de sua competitividade e estimular a formalização e o crescimento sustentável. Ao contribuir para o fortalecimento das micro e pequenas empresas, o município promove também a elevação da renda da população, a diversificação da economia local e o incremento da receita pública.

Desse modo, com fundamento na Lei Municipal nº 2.393/2020 foram construídas 16 (dezesesseis) unidades de incubadoras empresariais, cada uma com aproximadamente 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), construídas em área pública estrategicamente localizadas no lote 11-A, 11-A-1, 11-A-2 e 11-A-3, da Gleba 22-DV, Colônia Missões, visando criar um ambiente propício para o desenvolvimento de atividades produtivas.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para solucionar a necessidade identificada, e alcançar os propósitos da política pública de incentivo ao desenvolvimento local, foram realizados estudos e pesquisas, os quais concluíram que a forma mais eficaz de seleção dos beneficiários e operacionalmente eficaz de atender aos objetivos do programa é por meio de processo de Chamamento Público das empresas interessadas.

Esse procedimento garante a ampla publicidade, maior transparência e isonomia, impessoalidade e igualdade de oportunidades entre as empresas participantes, ademais, essa modalidade está em conformidade com a Lei municipal nº 2.393/2020.

Além do mais, a realização do pretendido Chamamento Público se apresenta como uma medida estratégica e imprescindível para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de Dois Vizinhos/PR, proporcionando oportunidades para empreendedores locais e contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para toda a comunidade.

Para a próxima fase a Lei Municipal nº 2.393/2020 dispõe que será realizada a Cessão de direito de real uso, através de Contratos de incubação, sendo que, os critérios para seleção serão analisados pelo Conselho de Fomento a Produção devidamente designado pelo Decreto 21.968/2025, que emitirá Parecer Técnico, no qual abordará a viabilidade do plano de negócio dentro do prazo de incubação.

Dessa forma, as empresas participantes serão credenciadas por meio de Chamamento Público e com base nos critérios específicos estabelecidos no



termo de referência, serão classificadas e receberão pontuações de acordo com o plano de negócios apresentado.

Todas as pessoas jurídicas dos setores de indústria, comércio e prestação de serviços poderão participar do processo, por meio de atendimento aos requisitos, sendo assim, abrange todas as atividades entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES nos termos do §1º do art. 17 da Lei Complementar 123/2006.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Será parcelado o objeto devido à natureza do mesmo, sendo 16 (dezesesseis) salas na incubadora que está devidamente registrada pela matrícula 61.589 em nome do Município de Dois Vizinhos. O valor estimado para recebimento acerca do uso do espaço entendido nesse processo como sala de uma incubadora totalizará o valor de R\$ 4.529,52 no primeiro ano, para os demais anos o valor deverá ser atualizado conforme a UFM municipal, sendo assim as salas serão destinadas para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/2006.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Serão selecionadas 16 (dezesesseis) microempresas e empresas de pequeno porte, devido ao número atual de salas construídas na incubadora para atender ao programa de Incubadoras previsto na Lei Municipal nº 2.393/2020.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;



Os valores pertinentes ao futuro e eventual contrato de incubação, estão definidos na Lei municipal nº 2.393/2020 Parágrafo único e Incisos do Art. 7º sendo:

- 0,6 UFM no primeiro ano;
- 0,8 UFM no segundo ano;
- 1 UFM no terceiro ano;
- 1,2 UFM no quarto ano;
- 1,4 UFM no quinto ano.

Em qualquer hipótese prevista, o valor total relativo à incubação terá por base a UFM indicada, a cada 100m² (cem metros quadrados) de área utilizada.

Os valores de referência se baseiam na UFM, sendo para o município de Dois Vizinhos para 2025 fixado o valor de R\$ 503,28 (quinhentos e três reais, vinte e oito centavos) sendo atualizado anualmente. As empresas permanecerão na incubadora pelo prazo de 3(três) anos, podendo ser prorrogado por até 2(anos), devidamente justificada e ajustado o seu plano de trabalho, a critério da administração e com parecer técnico do Conselho de Fomento a Produção.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Ausência de empresas interessadas			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Falha na política pública			
Ação Preventiva		Responsável	
Divulgação nas empresas		Secretaria Demandante	
Ação de Contingência		Responsável	



Prorrogação de prazo do chamamento/credenciamento	Secretaria Demandante
---	-----------------------

RISCO 2		
Descrever aqui o risco: Ausência de critérios claros de seleção		
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano		
Falta de empresas aptas ao atendimento		
Ação Preventiva	Responsável	
Estabelecer critérios específicos e de acordo com o levantamento feito no ETP, observando a finalidade do processo de chamamento	Secretaria Demandante	
Ação de Contingência	Responsável	
Realizar capacitações para preparar futuros interessados	Secretaria Demandante	

RISCO 3		
Descrever aqui o risco: Demora no processo licitatório		
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (X) Alta
Dano		
Atrasos das entregas e ocupação		
Ação Preventiva	Responsável	



Fase preparatória efetuada por pessoas preparadas para emissão dos documentos de planejamento	Secretaria demandante
Ação de Contingência	Responsável
Avaliar a possibilidade de contratação direta	Secretaria demandante Assessoria Jurídica

b-) Gestão do Contrato de Incubação

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Empresas não alcancem os objetivos esperados			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano			
Geração de poucos empregos, não atendimento do programa			
Ação Preventiva		Responsável	
Avaliação do plano de Negócios, verificar se é sólido e viável		Conselho de Fomento a Produção de Dois Vizinhos	
Ação de Contingência		Responsável	
Notificar a empresa, reverter o Contrato de Incubação		Fiscais do Contrato	

RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Descontinuidade da empresa			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			



Sala sem ocupação, estagnação na geração de empregos e renda	
Ação Preventiva	Responsável
Aplicação de sanções e reversão do Contrato de incubação	Fiscais do Contrato e Secretaria Demandante
Ação de Contingência	Responsável
Convocar a próxima empresa observando a ordem de classificação e caso não haja empresa credenciada reavaliar os dispositivos legais.	Conselho de Fomento a Produção de Dois Vizinhos

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução como um todo visa o credenciamento de empresas interessadas ao atendimento do objeto, visando a ocupação de forma onerosa, das 16 (dezesesseis) salas disponíveis na incubadora, por meio de chamamento público, permitindo que micro e pequenas empresas interessadas, manifestem a intenção nas salas da incubadora. Após, serão selecionadas as empresas com base nos critérios técnicos e a ordem de classificação, respeitando a disponibilidade de espaços.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Documentação de habilitação para credenciamento:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sendo que deverão ser apresentados os atos primitivos e suas respectivas alterações);
- III. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de composição da diretoria em exercício;
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para



funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ.

II. Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede da licitante, apresentada mediante documento próprio ou equivalente, na forma da lei. No caso do Estado a referida Certidão só terá valor apresentada em conjunto com a Certidão Negativa de Débito da Dívida Ativa do Estado. (www.receita.fazenda.gov.br).

III. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (www.caixa.gov.br).

IV. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

I. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

II. Fica dispensada a exigência da apresentação do Balanço Patrimonial, considerando o processo de chamamento não envolve disputa de melhor/menor preço, além das contrapartidas previstas serem de baixo valor monetário, não sendo o foco da iniciativa a arrecadação, mas sim o fomento ao empreendedorismo local, em especial as micro e pequenas empresas conforme estabelece a Lei Municipal nº 2.393/2020. Além do mais as proponentes deverão apresentar Plano de Negócios contendo projeções, estratégias e estrutura da empresa e Planilhas Técnicas Quantitativas e Qualitativas que demonstrem a capacidade operacional e a sustentabilidade do projeto, além do comprometimento da empresa com os objetivos da política pública, substituindo adequadamente o balanço patrimonial.

III. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ, e com endereço respectivo.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

(X) SIM

() NÃO



A Lei municipal nº 2.393/2020 estabelece que as empresas selecionadas devem se instalar na incubadora no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Além do Credenciamento a empresas devem atender aos requisitos definidos pela Lei municipal nº 2.393/2020.

Os interessados em participar do programa deverão apresentar, no mínimo:

- I. um plano de negócio, acompanhado pela Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa;
- II. declaração e comprovação de que pelo menos um fundador ou sócio possui formação ou experiência profissional comprovada na área de atuação do negócio.

A Planilha Técnica Quantitativa e Qualitativa estabelecerá como critérios determinantes para liberação dos benefícios, as seguintes condições:

- I. Geração de empregos;
- II. Área de atuação;
- III. Tipo de produto ou serviço;
- IV. Porte da empresa;
- V. Forma e modalidade de investimentos;
- VI. Natureza do empreendimento (novo, expansão ou outro);
- VII. Aplicação e utilização de tecnologias;
- VIII. Impacto sobre o meio ambiente;
- IX. Cronograma de execução do empreendimento;
- X. Impacto fiscal e tributário;
- XI. Natureza e utilização de mão-de-obra;
- XII. Programas e benefícios sociais;
- XIII. Experiência na atividade e formação técnica;
- XIV. Impacto de concorrência direta com outra empresa de mesmo produto ou serviço, incubada no mesmo período de incubação, se houver.

Considerar-se-á apto a participar do programa e instalar seu negócio na Incubadora de Empresas, após aprovado o Plano de Negócio analisado pelo Conselho de Fomento à Produção de Dois Vizinhos, com parecer técnico, e homologação daquele pelo Chefe do Poder Executivo.

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica,



mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

A exigência de que pelo menos um dos fundadores ou sócios possua formação ou experiência profissional comprovada na área de atuação do negócio é fundamental para o bom andamento do projeto e para garantir que as empresas beneficiadas tenham condições reais de alcançar os objetivos propostos.

Quando o empreendimento é liderado por alguém com conhecimento técnico e experiência prática no setor, há maior capacidade de planejamento, execução e tomada de decisões estratégicas, o que reduz riscos operacionais e aumenta a efetividade das ações.

Essa qualificação contribui diretamente para o sucesso da política pública e da sustentabilidade do negócio, dessa forma, é essencial que as empresas participantes possuam estrutura e competência técnica para cumprir com os resultados esperados. A presença de um sócio qualificado assegura maior alinhamento com os propósitos da política, otimizando o investimento público e ampliando o impacto positivo junto à sociedade.

Assim, esta exigência não é apenas um critério formal, mas uma medida estratégica que fortalece a execução da política pública, garante maior eficiência na alocação de recursos e contribui para o sucesso e legitimidade da iniciativa.

Qualificação Econômico-Financeira:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto do credenciamento, garantindo um resultado de qualidade. Mesmo sendo exigido somente a Certidão Negativa de Falência.

Será exigido somente a Certidão Negativa de Falência e Concordata, que comprova a regularidade jurídica da empresa e sua condição financeira estável, mesmo que iniciante. Essa exigência mínima tem como objetivos:

- garantir que os proponentes estejam juridicamente aptos e não impedidos de contratar com o poder público;
- evitar a exclusão de microempresas e MEIs que estão começando suas atividades e que precisam justamente desse apoio para se desenvolverem;
- Compatibilizar os requisitos do credenciamento com os objetivos sociais do programa, que é dar impulso inicial a negócios locais.

Ressalta-se que o foco principal é oferecer oportunidades de crescimento, especialmente para empreendimentos que, apesar de sua pouca trajetória,



apresentam potencial de desenvolvimento econômico e social, com geração de empregos e movimentação da economia municipal.

Assim, a exigência exclusiva da certidão de falência é uma decisão técnica e estratégica, condizente com os objetivos do programa, e respaldada pelos princípios da função social da política pública, fomento à atividade econômica e inclusão produtiva, previstos na legislação vigente.

Critérios específicos

A apresentação do Plano de Negócios contendo projeções, estratégias e estrutura da empresa e Planilhas Técnicas Quantitativas e Qualitativas que demonstrem a capacidade operacional e a sustentabilidade do projeto, ainda, serão bases para avaliação da aptidão e comprometimento da empresa com os objetivos da política pública.

A análise técnica do Plano de Negócios e das Planilhas permitirá à Administração Pública identificar o potencial de viabilidade, impacto e crescimento de cada empreendimento, alinhando a seleção dos credenciados às diretrizes estratégicas do programa.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que a contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente, ainda:

- priorizar a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);
- sempre que possível adquirir produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- Optar gradativamente por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;



- Dar preferência a produtos e materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção e também para tecnologias e matérias primas sustentáveis, promovendo assim menos resíduos ao meio ambiente.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis:

Espera-se do credenciamento em questão, identificar empresas interessadas no contrato de incubação, a título oneroso e temporário, das incubadoras empresariais disponibilizadas pelo Município de Dois Vizinhos – PR.

Tendo por finalidade formar um cadastro de empresas aptas a ocupar os espaços físicos das incubadoras, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Municipal nº 2.393/2020, de modo a permitir que, à medida da disponibilidade de unidades, os interessados possam ser convocados de forma ágil, transparente e em consonância com o interesse público.

A expectativa é reunir um conjunto de propostas de empreendimentos inovadores ou produtivos, com potencial de crescimento, geração de empregos e desenvolvimento tecnológico, possibilitando ao Município selecionar as iniciativas mais alinhadas às políticas locais de fomento ao empreendedorismo, à inovação e ao fortalecimento da economia regional.

Possibilitando assim, a viabilização do fomento a indústria, a partir do estímulo ao desenvolvimento econômico local, sendo que a iniciativa visa impulsionar o desenvolvimento econômico local, uma vez que a incubadora de empresas desempenha um papel crucial na promoção e apoio a empreendimentos nascentes. Ao oferecer um ambiente propício para o desenvolvimento de novos negócios, a incubadora contribui para a diversificação da economia, a geração de empregos e o fomento da inovação.

Ademais, por meio do Programa de Incubação, busca-se fomentar a cultura da inovação e do empreendedorismo no município.

Espera-se, além disso, atrair investimentos e talentos, sendo que a existência de uma incubadora de empresas bem-sucedida pode atrair investimentos externos e talentos para o município. O ambiente de inovação e empreendedorismo torna-se um polo de atração para investidores interessados em apoiar startups e empresas de base tecnológica, fortalecendo a economia local e ampliando as oportunidades de negócios.

Já no que tange ao desenvolvimento sustentável, ao incentivar o surgimento e crescimento de negócios inovadores e sustentáveis, o Programa de Incubação contribui para o desenvolvimento sustentável do município. Empresas incubadas



tendem a adotar práticas mais responsáveis do ponto de vista socioambiental, gerando impactos positivos na comunidade e no meio ambiente.

Buscamos ainda a partir do credenciamento em foco, promover o alinhamento com políticas públicas de desenvolvimento, considerando que a realização deste certame está em total consonância com as políticas públicas de desenvolvimento econômico e inovação do município, refletindo o compromisso da administração em promover um ambiente favorável ao crescimento empresarial e ao progresso social.

Assim, a realização do pretendido Chamamento Público se apresenta como uma medida estratégica e imprescindível para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Município, proporcionando oportunidades para empreendedores locais e contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para toda a comunidade.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento será parcelado, de acordo com os credenciados, sendo permitido a acesso e utilização de uma sala por empresa/CNPJ.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Irival Di Domenico
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber



Fiscal de Recebimento/Execução:	Ademir Sbardelotto
Fiscal Técnico:	Não há necessidade
Suplente Recebimento/Execução	Marcus Fernando Glauco Faria Sant'Anna

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES**(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Esse processo será composto de duas etapas, o credenciamento para buscar empresas interessadas e após termos a seleção e habilitação das empresas.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

O referido Chamamento Público não foi previsto junto ao PCA 2025, em decorrência da mudança do gestor da Secretaria, sendo que gestor anterior não previu a necessidade de realização do presente certame, havendo também, diante de tal alteração, a consequente troca de vários servidores da referida pasta administrativa.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
☐ Lote(s) de Itens
☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
☐ Bens e serviços especiais
☐ Serviço comum de engenharia
☐ Serviço especial de Engenharia
☐ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo



() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, utilizando especificações usuais de mercado. Em outras palavras, são produtos ou serviços que possuem características padronizadas e de fácil acesso, com disponibilidade em larga escala.

18. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das análises, conclui-se pela viabilidade e necessidade da realização do presente credenciamento considerando que:

- a estrutura física das incubadoras já foi implantada e encontra-se disponível para ocupação;
- Existe respaldo legal por meio da Lei Municipal nº 2.393/2020, que autoriza o contrato de incubação de imóveis públicos para fins de apoio a empresas em fase inicial;
- O credenciamento visa formar um banco de empresas habilitadas, assegurando transparência, isonomia e planejamento administrativo para futura e eventual contratação de incubação;
- A medida contribui diretamente para o alcance de objetivos públicos relacionados ao fomento do empreendedorismo, inovação, geração de empregos e desenvolvimento econômico local;

Ainda, o Programa de Incubação contribui para o desenvolvimento sustentável do município. Empresas incubadas tendem a adotar práticas mais responsáveis do ponto de vista socioambiental, gerando impactos positivos na comunidade e no meio ambiente.

A partir do credenciamento em foco, buscamos promover o alinhamento com políticas públicas de desenvolvimento, considerando que a realização deste certame está em total consonância com as políticas públicas de desenvolvimento econômico e inovação do município, refletindo o compromisso da administração em promover um ambiente favorável ao crescimento empresarial e ao progresso social.

Assim, a realização do pretendido Chamamento Público se apresenta como viável e necessário para identificar empresas aptas e imprescindível para impulsionar o desenvolvimento econômico e social de Dois Vizinhos/PR,



proporcionando oportunidades para empreendedores locais e contribuindo para a construção de um futuro mais próspero e sustentável para toda a comunidade.

19. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☐ Pregão, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
- ☐ Concurso
- ☐ Leilão
- ☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☒ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
- ☐ Pré-Qualificação
- ☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
- ☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☐ menor preço
- ☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto
- ☐ maior lance



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

(x) Atendimento aos requisitos da Lei de Fomento

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

(x) Aberto

() Fechado

() Aberto e Fechado

() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

() SIM

(x) NÃO

20. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios (a construção da incubadora)

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

() outros

Dois Vizinhos, 8 de julho de 2025.

Suzane Cordeiro Ferreira

Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 07C7-91EA-D4E8-8263

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ SUZANE CORDEIRO FERREIRA (CPF 052.XXX.XXX-18) em 23/07/2025 09:16:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ IRIVAL DIDOMENICO (CPF 082.XXX.XXX-21) em 23/07/2025 09:17:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 23/07/2025 09:41:47 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCUS GLAUCO (CPF 017.XXX.XXX-00) em 23/07/2025 10:41:12 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ADEMIR SBADERLOTTO (CPF 645.XXX.XXX-34) em 23/07/2025 10:48:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/07C7-91EA-D4E8-8263>